



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ – CAMPUS VII
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

MARIA GABRIELA PEREIRA LEITE

**A GOVERNANÇA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO
DAS ARBOVIROSES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

**PATOS
2017**

MARIA GABRIELA PEREIRA LEITE

**A GOVERNANÇA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO
DAS ARBOVIROSES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração no Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Administração.

Área de concentração: Gestão Pública.

Orientador: Prof. Ma. Ayalla Cândido Freire

**PATOS
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L533g Leite, Maria Gabriela Pereira

A governança na gestão da saúde pública no enfrentamento das arboviroses no Município de Patos - PB [manuscrito] / Maria Gabriela Pereira Leite. - 2017.

45 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Ma. Ayalla Candido Freire, CCEA".

1. Governança em saúde pública. 2. Arboviroses em Patos.
3. Enfrentamento de arboviroses. 4. Gestão da saúde pública. I.
Título. 21. ed. CDD 353.6

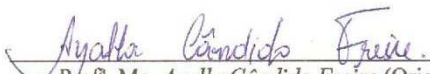
MARIA GABRIELA PEREIRA LEITE

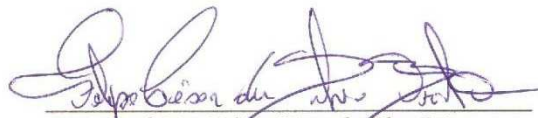
**A GOVERNANÇA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO
ENFRENTAMENTO DAS ARBOVIROSES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração no Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Administração.

Aprovada em: 03/08/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª. Ma. Ayalla Cândido Freire (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Felipe César da Silva Brito
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª. Ma. Eunice Ferreira Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que com a sua infinita graça me abençoou e durante toda a minha trajetória permaneceu fiel a mim, me dando forças para realizar este trabalho e colocando pessoas para me dar suporte nos momentos difíceis.

Ao meu marido, Jeverson Lima, por sua compreensão e pela paciência que teve comigo nos meus ápices de estresse tentando conciliar a vida acadêmica com o trabalho e com os meus afazeres domésticos.

Ao meu irmão, Régis Pereira, por todos os conselhos, livros, apostilas e, mesmo com suas constantes viagens à trabalho, dispôs um pouco do seu tempo para tirar as minhas dúvidas sobre assuntos que eram de sua dominância, contribuindo para a elaboração deste artigo.

À minha orientadora, Ayalla Freire, por sua paciência, pela segurança que me passou durante todo o desenvolvimento deste trabalho e por demonstrar constante interesse pelo meu tema, o que contribuiu para o meu envolvimento e motivação. Agradeço ainda por me permitir acompanhar o grupo de alunas que fazem parte do seu PIBIC e agradeço também às alunas do projeto pelo apoio e parceria.

A todos os meus amigos e familiares que contribuíram direta ou indiretamente, compreendendo a minha ausência em momentos de confraternização e lazer, me encorajando com palavras positivas.

“Uma mente que se abre para uma nova ideia,
jamais voltará ao seu tamanho original”.

Albert Einstein

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	DESENVOLVIMENTO	9
2.1	ENTENDENDO A GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO	9
2.2	A GOVERNANÇA NA GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	11
2.3	O QUE SÃO ARBOVIROSES?.....	12
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	14
4	ANÁLISE DOS DADOS	16
4.1	ELABORAÇÃO: ESTRATÉGIA	16
4.2	ADMINISTRAÇÃO: LIDERANÇA, HIERARQUIA, ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS	20
4.3	CONTROLE E DIRECIONAMENTO: COMUNICAÇÃO, SUPERVISÃO.	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	28
	ANEXO A – NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO DENGUE	32
	ANEXO B – NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - CHIKUNGUNYA	33
	ANEXO C – NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - ZIKA	34
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COORDENADORA DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL	35
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SUPERVISOR DE ÁREA DE AGENTE DE ENDEMIAS	39
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA 6ª GERÊNCIA REGIONAL	41

A GOVERNANÇA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DAS ARBOVIROSES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB

Maria Gabriela Pereira Leite¹
Ayalla Cândido Freire²

RESUMO

Nos últimos três anos, o crescente número de pessoas que contraíram arboviroses, doenças infecciosas transmitidas pelos mosquitos *Aedes Aegypti* e *Aedes Albopictus* no Brasil, tem posto em alerta o sistema de saúde pública e obrigado à gestão municipal a elaborar estratégias de combate e prevenção ao surto dessas doenças. Dentre as arboviroses manifestas no país, este trabalho destaca: a dengue, zika e febre de chikungunya. No município de Patos-PB apenas no ano de 2016 foram registrados cerca de 418 casos de dengue, 523 casos de chikungunya e 4 casos de zika. Por essa razão, o trabalho pretende compreender a governança na gestão municipal de saúde da cidade de Patos-PB no enfrentamento das arboviroses. Para este fim, o estudo utilizou como procedimentos metodológicos as pesquisas exploratória e descritiva quanto aos seus fins; bibliográfica, documental e estudo de caso quanto aos seus meios; e qualitativa quanto a forma de abordagem. De acordo com os resultados da pesquisa, conclui-se que a realização dos trabalhos de enfrentamento ao arbovírus no município ocorrem de forma hierarquizada para elaboração e implementação dos planos de enfrentamento, seguindo um cronograma vindo do Ministério da Saúde, onde a estratégia de elaboração dos planos passa pelo nível federal, estadual e municipal. Entretanto, há dificuldade na adaptação dos planos à realidade local, prejudicando sua implementação e eficiência, o que coloca à prova a capacidade da gestão local de controlar os surtos de arboviroses.

Palavras chave: Governança. Arboviroses. Enfrentamento.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos três anos, o número crescente de pessoas em busca de atendimento médico por suspeita de doenças causadas por arbovírus se tornou preocupante e colocou a prova a capacidade da gestão de saúde, pois além da dengue, diagnósticos de outras arboviroses de sintomas semelhantes (a zika e a febre de chikungunya) foram registrados.

¹ Maria Gabriela Pereira Leite – Graduanda em Administração na Universidade Estadual da Paraíba, Campus VII, Patos-PB. E-mail: magabipleite25@gmail.com

² Orientadora: Ayalla Cândido Freire – Mestre em Gestão e Políticas Públicas; Professora da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VII, Patos-PB. E-mail: ayalla.freire@gmail.com

Segundo dados divulgados no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, no ano de 2016 foram registrados 1,88 milhões de pessoas infectadas com uma das três arboviroses, dengue, zika e febre de chikungunya até o mês de setembro, podendo ter ultrapassado mais de 2 milhões de casos ao final desse mesmo ano, e 7 milhões de casos se tivessem sido computados os casos desconhecidos. No período entre 03 de janeiro a 17 de setembro de 2016, foram registrados 1.438.624 prováveis casos de dengue, 236.287 casos de chikungunya e 200.465 casos de zika. Vale lembrar que os casos de dengue são comumente registrados no verão, devido as condições propícias ao desenvolvimento do mosquito, mas apenas a partir de 2015 foram registrados surtos de zika e chikungunya neste século. Até o final de 2015 foram registrados 1.649.008 casos característicos de dengue e 38.332 registros de chikungunya, o que colocou o Ministério da Saúde em alerta (sobre os casos de zika não existem registros oficiais no período, sendo o primeiro caso registrado apenas em abril de 2015) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016; AEDES DO BEM, 2016).

As arboviroses recebem este nome por sua veiculação ser feita através de insetos, como os mosquitos. Dentre as arboviroses, este trabalho destaca a dengue, zika e febre de Chikungunya, todas transmitidas pelos mosquitos *Aedes Aegypti* e *Aedes albopictus*, que são consideradas um desafio para a gestão pública graças a sua ameaça de surto explosivo. De acordo com Lopes, Nozawa e Linhares (2014), as regiões tropicais sofrem constantes ameaças de arboviroses graças às rápidas mudanças climáticas, migração populacional, desmatamentos, ocupação desordenada de áreas urbanas e precariedade das condições sanitárias, fatores que favorecem a amplificação e transmissão viral. Em um país de clima tropical como o Brasil, casos de arboviroses não são raros, mas nos últimos três anos, os índices aumentaram e ganharam a atenção da mídia e da população brasileira, obrigando a gestão pública a reelaborar estratégias de enfrentamento.

A situação se torna um pouco mais agravante nas regiões Nordeste e Centro-oeste do país, devido as suas características peculiares, como o tipo de moradia (casas de pau a pique), clima e mesmo condições sanitárias que favorecem a proliferação de insetos e consequentemente surtos de doenças provocadas por eles (UJVARI, 2012).

Por conta da escassez de chuvas no Nordeste brasileiro, as pessoas precisam armazenar água em diferentes reservatórios para os períodos de estiagem. Essa particularidade pode demandar maiores cuidados para que tais condições não favoreçam a proliferação do mosquito, diminuindo assim o risco de surto de arboviroses. Diante dessa realidade, o Estado possui a responsabilidade de monitorar e conscientizar a população local sobre de quais cuidados devem adotar, bem como promover a articulação necessária para a implementação

dos planos de enfrentamento. Tendo como base a importância da boa governança para a administração de conflitos, este trabalho se propõe a responder à seguinte pergunta: **Como ocorre o processo de governança na gestão de saúde pública da cidade de Patos, sertão da Paraíba no enfrentamento de arboviroses?**

Por se tratar de uma das principais cidades da Paraíba, a cidade de Patos recebe pessoas de várias cidades circunvizinhas por questões comerciais e em busca de auxílio médico, visto que, em relação às demais cidades da redondeza, sua estrutura hospitalar é maior e, teoricamente, oferece melhores condições para a recuperação dos enfermos.

Um surto de arboviroses na região no ano de 2016, fez com que muitas pessoas procurassem as unidades de saúde da cidade em busca de atendimento, colocando à prova a sua capacidade de atender às necessidades da população. Sendo a gestão municipal responsável pela administração do sistema de saúde, desde as funções exercidas nas unidades básicas até às unidades mais complexas, é necessário que a gestão municipal possua boa estrutura física e administrativa para atender à demanda do setor de saúde.

Sendo assim, o estudo traz como objetivo geral compreender a governança na gestão municipal de saúde de Patos-PB no enfrentamento das arboviroses. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) Caracterizar a gestão municipal de Patos-PB a partir de levantamento bibliográfico e análise documental, identificando atores e processos no enfrentamento das arboviroses; (2) Identificar os planos de enfrentamento e suas implicações, a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos; (3) Apontar os avanços e desafios em termos de articulação na rede municipal para o enfrentamento das arboviroses.

A justificativa teórica se dá pela importância de se entender os benefícios de uma boa governança no setor de saúde pública, e dessa forma poder gerar conhecimento acadêmico e informações para a sociedade em geral. Além disso, segundo Mello (2006), ainda existe uma escassez de estudos sobre governança no setor público, sugerindo a necessidade de um maior número de pesquisas na área. Contudo, existe ainda a necessidade de entender os desafios que os surtos de arboviroses geram para a saúde pública e como a governança no setor público pode ajudar no seu enfrentamento. Dessa forma, esta pesquisa pode despertar nos leitores interesse pelo tema, colaborando para que outros estudos sejam realizados, contribuindo assim para o engrandecimento literário.

No que diz respeito a sua justificativa prática, este trabalho pode contribuir para que os gestores municipais desempenhem uma boa governança, que conduza de maneira eficiente as políticas públicas e a prestação de serviços à sociedade. Sendo assim, além de colaborar para o conhecimento acadêmico e para o desempenho dos gestores municipais, este trabalho

contribui para a geração de conhecimento para a sociedade sobre a importância de uma boa governança, sendo esta a sua justificativa social.

A justificativa pessoal para a realização da pesquisa, se dá pelo interesse da pesquisadora em conhecer de forma mais aprofundada o tema governança e também, entender as práticas adotadas pelo poder público para o enfrentamento de doenças epidêmicas.

Os tópicos a seguir explicam o que é governança no setor público e quais os seus benefícios para a gestão municipal de saúde, detalhando ainda o que são as arboviroses, quais os meios de sua transmissão e porquê demandam atenção e articulação do Estado e da sociedade. É apresentada também a metodologia utilizada na pesquisa, a análise dos dados obtidos e a conclusão respondendo à pergunta do problema de pesquisa, seguida das referências dos autores utilizados para a elaboração do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ENTENDENDO A GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

É possível afirmar que o desenvolvimento de uma nação está ligado à capacidade administrativa do governo em resolver conflitos e se adaptar a situações contingenciais, destacando a importância da atuação do setor público para a sociedade, onde a efetiva governança nesse setor pode contribuir na administração de recursos e prestação de serviços (KISSLER e HEIDEMANN, 2006). Ainda segundo Kissler e Heidemann (2006, p. 480), “o conhecimento do problema é decisivo para a fundamentação teórica da governança pública, para avaliação da prática vigente e, sobretudo, para uma projeção de sua capacidade de solucionar o problema”.

A governança é o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governar, ou seja, é a maneira como o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país com o objetivo de seu desenvolvimento (DORSET e BAKER, 1979 *apud* SLOMSKI *et al*, 2008). Dessa forma, Bresser Pereira (1999, p. 2) acrescenta que “o bom governo é o governo ético, democrático e competente, que através da sua ação contribui para que a sociedade alcance os quatro objetivos políticos gerais hoje partilhados pelos países democráticos: ordem, liberdade, justiça social, e bem-estar econômico”.

A governança pública deriva da governança corporativa, que pode ser entendida como os princípios que governam o processo decisório de uma organização, com um conjunto de

regras cujo objetivo é minimizar problemas, equilibrar competitividade e produtividade, através de uma gestão responsável e transparente (MARQUES, 2007). Para Oliveira (2011), a governança corporativa proporciona benefícios como: maior facilidade na identificação, tratamento e operacionalização de questões estratégicas; consolidação de amplo e otimizado modelo de gestão; melhor interação com o público externo; interação equitativa com os stakeholders; maior nível de atratividade no mercado; transparência; consolidação de novas abordagens de atuação.

No que diz respeito à governança corporativa no setor público, o termo governança governamental é definido como a proteção à inter-relação entre administração, controle e supervisão, feita por organizações governamentais, pela situação organizacional e pelas autoridades de governo, visando realizar os objetivos políticos de maneira eficiente e eficaz, bem como comunicar publicamente e providenciar uma prestação de contas para a sociedade em benefício dela (TIMMERS, 2000). Dessa forma, Timmers (2000) afirma que a governança governamental é constituída por quatro elementos: a administração, supervisão, controle e responsabilidade em prestar contas.

No inter-relacionamento entre a administração, o controle, a supervisão e a responsabilidade em prestar contas, a responsabilidade governamental se preocupa com a natureza do relacionamento dos participantes da área política e com a realização dos objetivos políticos. Sendo assim, para ser eficaz, o governo deve ter uma visão administrativa, se responsabilizando por definir claramente os objetivos políticos e as precondições, como qualidade, eficiência, conformidade com as leis e regulamentos relevantes e controle financeiro. Esse conjunto forma o ponto de partida para uma maior estruturação da governança (TIMMERS, 2000).

A fim de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública brasileira, o Tribunal de Contas da União (TCU), elaborou um documento intitulado “Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública”. Esse documento afirma que a governança no setor público, envolve sobretudo, os instrumentos de liderança estratégica e controle praticados para avaliar, dirigir e monitorar o exercício da gestão, com o intuito de conduzir as políticas públicas e à boa prestação dos serviços públicos (BRASIL, 2014).

Entretanto, para que as demandas sociais sejam atendidas, é necessário ainda, fortalecer os mecanismos de governança como forma de reduzir o distanciamento entre Estado e sociedade, onde a sociedade deve exercer seu papel de principal interessada nos resultados do Estado, a fim de que a liderança governamental tenha um comportamento mais

ético, profissional e focado em resultados que correspondam às expectativas da sociedade (BRASIL, 2014). Sob essa ótica, a governança é entendida como uma alternativa de gestão baseada em hierarquia, onde as cidades fortalecem a cooperação entre os cidadãos, empresas e entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações (KISSLER e HEIDEMANN, 2006).

Para Klijn (1998), o processo político é influenciado por uma rede de políticas, composta pela relação entre diversos atores sociais, que se propõem a analisar a relação entre o contexto e a formulação de políticas. Através da perspectiva das redes de políticas, a implementação das políticas públicas passa a ser dirigida por uma complexa rede de governança composta por diversos atores, com interesses e recursos próprios (FREIRE, 2016).

Diante do exposto, a importância da utilização de boas práticas de governança na gestão municipal está em guiar os objetivos do Estado de forma que esses objetivos estejam alinhados aos interesses e necessidades da população, assim os serviços públicos prestados à sociedade local podem ser otimizados. Portanto, a governança no setor público refere-se aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos (GRAHN, AMOS e PLUMPTRE, 2003).

2.2 A GOVERNANÇA NA GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

A saúde pode ser entendida como um projeto de condições de vida, pois os elementos que condicionam a saúde estão relacionados à infraestrutura, lazer, alimentação, moradia, emprego, entre outros fatores que carecem da atenção da gestão municipal. Sendo assim, a saúde é o reflexo das circunstâncias de vida. No entanto, a ausência de saúde não expressa apenas a inexistência ou qualidade inferior dos serviços de saúde, mas toda a conjuntura de determinantes (CUNHA e CUNHA, 2001, p. 299).

Segundo a Constituição Brasileira, Seção II, Art. 196, a saúde é um direito do cidadão e obrigação do Estado, que deve promovê-la por meio de políticas socioeconômicas que objetivem a diminuição dos riscos de doenças e outros agravos e acesso indistintos e igualitário às ações e serviços de prestação, proteção e recuperação. Ainda sobre a promoção da saúde pública, é estabelecido no Art. 30, parágrafo VII, que é de competência dos

municípios a prestação com suporte técnico e financeiro da União e estados, de atendimento de saúde a população (BRASIL, 2015).

Magalhães Júnior (2001) afirma que a principal estratégia de organização de atenção básica utilizada pela gestão municipal é o Programa de Assistência Familiar (PSF), cuja finalidade é fortalecer ações de prevenção de doenças, promoção e recuperação da família, composto basicamente por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários.

Na maioria das vezes os agentes são moradores da própria área de atuação, onde a principal ferramenta de trabalho é a visita domiciliar e mapeamento de área para conectar a comunidade aos serviços de saúde e, para isso, recebem treinamento e supervisão de um instrutor/supervisor (MAGALHÃES JÚNIOR, 2001). Os agentes podem ser comunitários ou de combate a endemias, onde ambos podem ser admitidos pelos gestores locais do sistema de saúde por meio de processo seletivo, de acordo com a natureza e complexidade das atribuições e requisitos específicos para sua atuação (BRASIL, 2015).

Entendendo que a saúde é um conjunto de determinantes ligadas às condições de vida e que o atendimento à saúde da população é dever do Estado, é possível afirmar que a boa governança pode ser fator decisivo para que a gestão municipal alcance seus objetivos de prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, uma vez que a prestação de tal serviço envolve vários atores que se articulam entre si para que os resultados sejam atingidos.

2.3 O QUE SÃO ARBOVIROSES?

As arboviroses tratam-se de doenças causadas pelos denominados arbovírus, vírus transmitidos por artrópodes, insetos e aracnídeos por meio de picadas. Entre as doenças causadas pelos arbovírus estão a zika, dengue, febre chikungunya e febre amarela. Ao todo, são conhecidas 545 espécies de arbovírus, sendo 150 espécies causadoras de doenças em humanos (LOPES, NOZAWA e LINHARES, 2014).

Considerados importantes desafios para a saúde pública as arboviroses como dengue (DENV) e chikungunya (CHIKV), ambas transmitidas por mosquitos do gênero *Aedes*, particularmente *Aedes Aegypti* e *Aedes Albopictus*, duas espécies invasoras e cosmopolitas, fazem parte do grupo das doenças infecciosas emergentes e reemergentes (HONÓRIO *et al.*, 2015).

O presente trabalho destaca três arboviroses transmitidas pelos mosquitos *Aedes Aegypti* e *Aedes Albopictus*: a dengue, a chikungunya e a zika. Essas três doenças infecciosas

possuem sintomas semelhantes, como febre, dores nos músculos e articulações e manchas vermelhas pelo corpo que geralmente vêm acompanhadas de coceira. As particularidades da dengue são náuseas, dores abdominais, vômitos e diarreia. Já a chikungunya pode causar lesões prévias nas articulações e doenças crônicas. A Zika, por sua vez, pode causar dormência nas extremidades, dificuldade para caminhar, alterações neurológicas e paralisia facial (FIOCRUZ, 2015).

Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, o Nordeste brasileiro apresentou um total de 295.036 casos de dengue registrados até julho de 2016. No que diz respeito à chikungunya, o Nordeste apresentou a maior taxa de incidência, com 267,8 casos a cada 100 mil habitantes, totalizando 151.488 casos. Também foi confirmada na região a transmissão autóctone de febre pelo Zika vírus, em um total de 66.991 casos, sendo 3.073 deles registrados no estado da Paraíba (BRASIL, 2016).

O mesmo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde havia apresentado até abril de 2016 dados inferiores: 158.235 casos de dengue; taxa de incidência de casos de chikungunya de 56,0 a cada 100 habitantes com 31.659 casos; transmissão autóctone do vírus Zika de 30.286 casos no Nordeste, sendo 1.060 no estado da Paraíba (BRASIL, 2016). Diante dos dados apresentados, é possível perceber que os casos de dengue, zika e chikungunya registrados na região Nordeste aumentaram significativamente em um período de aproximadamente três meses, enfatizando a importância do fortalecimento de estratégias de enfrentamento às arboviroses diante do seu risco de surto explosivo, como é possível acompanhar na tabela abaixo:

NÚMERO DE CASOS REGISTRADOS DE DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE JUNHO DE 2016, SEGUNDO O BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE		
	Até Maio de 2016	Até Junho de 2016
Dengue	158.235 casos registrados	296.036 casos registrados
Chikungunya	31.659 casos registrados	151.488 casos registrados
Zika	30,286 casos de transmissão autóctone	66.991 casos de transmissão autóctone

Tabela 1: Número de casos registrados de dengue, zika e chikungunya no Nordeste brasileiro no período de junho de 2016.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no segundo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2016).

Na cidade de Patos-PB, foram notificados 458 casos de dengue no ano de 2016, onde 418 casos foram classificados como inconclusivos e a faixa etária mais afetada foram crianças de 10 a 14 anos de idade, com 60 casos prováveis. Os casos de chikungunya foram totalizados em 523, onde os mais afetados foram adultos entre 30 e 39 anos. Quanto ao zika, foram contabilizados 4 casos da doença. A distribuição dos casos pode ser observada nas tabelas 2, 3 e 4 disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica do município, anexas neste trabalho.

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde até a Semana Epidemiológica 7, com dados até fevereiro de 2017, o Nordeste vem apresentando o segundo maior número de casos prováveis de dengue, com 9.655 casos, segunda maior taxa de incidência de casos de chikungunya com 10,0 casos a cada 100 mil habitantes com 5.703 casos prováveis; maior número de casos prováveis de febre pelo zika vírus com 521 casos, ocupando o terceiro lugar em taxa de incidência de casos com 0,9 casos a cada 100 habitantes (BRASIL, 2017). Já em março, na Semana Epidemiológica 10, os casos de dengue foram totalizados em 15.973, de chikungunya em 9.403 e de zika em 898 casos.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Entre as várias formas de se classificar uma pesquisa científica, Vergara (2007) aponta dois critérios, quanto ao seu fim e quanto aos meios. Com base nessa classificação, a pesquisa em questão pode ser classificada como exploratória e descritiva quanto aos seus fins e como documental, bibliográfica e estudo de caso quanto aos seus meios.

A pesquisa é classificada como exploratória, pois segundo Vergara (2007), a pesquisa exploratória é utilizada em estudos onde se tem pouco conhecimento acumulado e estruturado sobre o tema pesquisado. Assim, tendo em vista que o estudo sobre a governança, em especial no que diz respeito as práticas de combate as arboviroses no Brasil, é um tema de pouca abordagem, o estudo tem como intuito, levantar informações sobre a governança na gestão municipal de saúde na cidade de Patos-PB no enfrentamento das arboviroses. Já a pesquisa descritiva, tem por intuito descrever as características de determinada população ou fenômeno, na pesquisa em questão, a governança na gestão municipal de saúde.

Com relação aos procedimentos técnicos empregados, esta pesquisa é classificada como estudo de caso. De acordo Prodanov e Freitas (2013, p.61) a técnica de estudo de caso consiste em “um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada,

podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade, etc”. No tocante a realização desta pesquisa, optou-se por limitá-la a análise da governança na gestão da saúde pública no enfrentamento às arboviroses apenas no município de Patos-PB.

No que diz respeito aos aspectos de abordagem do problema, de acordo com a utilização dos recursos e técnicas para a análise, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa, pois esta apresenta uma relação direta e dinâmica com o mundo real e não pode ser demonstrada através de números, mas ajuda a compreender determinado fenômeno a partir da percepção dos sujeitos (SILVA e MENEZES, 2001). Compreendendo a abordagem, esta pesquisa poderá ser classificada como qualitativa, pois pretende coletar informações subjetivas através de procedimentos descritivos.

Quanto à coleta de dados, o instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, com roteiro previamente estabelecido, cujo objetivo foi a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema (SILVA e MENEZES, 2001). Os sujeitos de pesquisa foram um representante da Sexta Gerência Regional de Saúde, cujo o cargo ocupado no órgão não soube informar, a Coordenadora da vigilância Ambiental e o Supervisor de área dos agentes de endemias. Os roteiros de entrevista, que se encontram no Apêndice A, B e C, foram elaborados de acordo com um levantamento bibliográfico feito sobre a governança pública e os seus benefícios para a gestão municipal de saúde, bem como os avanços das arboviroses no Brasil, especialmente no Nordeste e no município de Patos, observando como os atores envolvidos se articulam para o seu enfrentamento. Dessa forma, o perfil dos entrevistados foi traçado de acordo com o cargo que ocupa e a qual órgão público pertence, dando atenção ao envolvimento que tal órgão tem para o enfrentamento. O levantamento bibliográfico também contribuiu para a definição das categorias a serem analisadas como mecanismos de governança.

Os resultados obtidos foram analisados por meio de análise de conteúdo com categorias de grade fechada. Para Gerhardt e Silveira (2009) analisar os dados da pesquisa, tem por objetivo organizá-los de modo que as informações fornecidas, deixem claro as respostas para o problema formulado. Seguindo o mesmo raciocínio, Soriano (2004) afirma que a análise dos dados, consiste na separação e exame de elementos básicos de informações, de maneira a responder às questões da pesquisa. Quanto às categorias de grade fechada, essas correspondem a formulação prévia de categorias para separação e análise dos dados coletados. A partir da análise de conteúdo, a interpretação seguirá com base em categorias de análise definidas teoricamente para a compreensão da governança na rede, que são: (1)

Elaboração: estratégia; (2) Administração: liderança, hierarquia, administração de recursos; (3) Direcionamento: orientação; (4) Controle: comunicação, supervisão.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ELABORAÇÃO: ESTRATÉGIA

O município de Patos está localizado no sertão da Paraíba, onde as chuvas são escassas e, segundo os entrevistados, a população local costuma armazenar água em depósitos, como caixas d'água, tanques, baldes e potes, locais propícios à proliferação de focos dos mosquitos *Aedes*, o que demanda maior atenção dos agentes e da própria população.

Em virtude disso, segundo a Coordenadora da Vigilância Ambiental do município, a vigilância ambiental atua com a elaboração de um plano de contingência seguindo o cronograma vindo do Ministério da Saúde, mas adaptando-o à realidade local. Ainda segundo ela, esse plano é estudado, repassado para o secretário municipal de Patos, para a coordenação das Unidades Básicas de Saúde, para a Sexta Gerência Regional de Saúde e para a Vigilância Ambiental.

De acordo com a resposta, é possível concluir que o município não atua na elaboração de um plano de contingência das arbovirose e sim, adapta um plano enviado pelo Ministério da Saúde de acordo com as necessidades local.

Segundo o Ministério da Saúde, a atenção básica é de fundamental importância para o controle de arbovírus, desenvolvendo ações de prevenção, promoção da saúde e atenção aos enfermos. É de competência das equipes de atenção básica, o desempenho de atividades referentes a educação da população sobre os cuidados com a saúde e identificação, remoção e destruição de possíveis espaços proliferadores de mosquitos; monitoramento dos domicílios e espaços de uso coletivo. Para isso, é necessário o investimento em capacitações e atualização das equipes quanto a implementação dos protocolos assistenciais, a fim de realizar a identificação precoce dos sintomas e direcionar o paciente ao atendimento correto, bem como realizar a notificação e acompanhamento dos casos (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009).

Entendendo que o Programa de Assistência Familiar (PSF) é uma estratégia utilizada pela gestão municipal, cuja uma das finalidades é fortalecer ações de prevenção a doenças, e que o trabalho dos agentes comunitários é essencial para que o programa funcione, assim, a Sexta Gerência Regional de Saúde recomenda aos municípios que os agentes de endemias e

os agentes comunitários trabalhem em conjunto na elaboração dos planos de enfrentamento, dizendo: “a gente recomenda aos municípios que eles trabalhem e usem esta prática [elabore um plano de contingência], os agentes municipais de saúde e os agentes de endemias usem estas situações para trabalharem em conjunto” (REPRESENTANTE DA SEXTA GERÊNCIA DE SAÚDE, 2017).

Tendo em vista a responsabilidade dos PSFs no atendimento e notificação dos casos de infecções por arbovírus e a importância do papel dos agentes de endemias no combate aos focos dos mosquitos e orientação da população, o município tenta unificar as duas áreas, a fim de somar forças para o combate eficiente aos vírus.

O planejamento das orientações para o enfrentamento de arboviroses é uma deliberação do Ministério da Saúde, mas os municípios possuem autonomia para agregar informações e adaptá-lo ao contexto local, pois cada região possui particularidades que devem ser atendidas. De acordo com a Sexta Gerência Regional de Saúde, o Ministério da Saúde envia para os municípios panfletos, faixas e materiais que auxiliam no trabalho educativo, mas esse material não é adaptado às particularidades locais, como, por exemplo, o armazenamento de água em potes e baldes para driblar a escassez de água na região. Ela afirma ainda que esse material é distribuído de casa em casa, mas sem o devido acompanhamento explicativo e sem a adaptação ao contexto local.

Diante disso, surge uma dificuldade: o cidadão não percebe a importância das medidas de enfrentamento por não entender a gravidade do problema, observável na afirmação do Supervisor de Área: “a dificuldade como agente por parte da população é a falta de entendimento da própria população, o não entendimento do nosso trabalho e o não cumprimento da parte do morador” e prossegue dizendo que o uso do larvicida deve ser feito em último caso, apenas quando não for possível esvaziar o reservatório de água, pois o morador deve tomar precauções para que o reservatório não tenha focos do mosquito, através de lavagem regular e armazenamento que impossibilite a entrada do inseto (SUPERVISOR DE ÁREA, 2017).

Conforme Tauil (2001), as atividades de combate às arboviroses são baseadas em três componentes institucionais, que são: vigilância e controle de focos dos insetos em locais estratégicos, como terrenos baldios e borcharias; inspeção de imóveis e eliminação ou tratamento de reservatórios propensos a proliferação de mosquitos; e por fim, a promoção de informações, educação e comunicação sobre a enfermidade e seus meios de prevenção.

Segundo a Sexta Gerência, numa tentativa de conscientização em massa, a gestão municipal promove arrastões pelas ruas da cidade. Os arrastões são encarados como eventos,

mas a campanha educativa não é muito eficaz, pois o principal problema está nas residências, onde é possível encontrar foco de larvas do mosquito dentro dos reservatórios de água, afirma a Sexta Gerência. O Supervisor de Área afirma que é responsabilidade do agente de endemias orientar aos moradores sobre os cuidados que devem ter com os reservatórios de água dentro de sua residência, e justifica dizendo que “o dono da casa é o morador, então a obrigação do agente não é resolver o problema que existe naquela casa, mas é orientar para que o dono da casa, a dona da casa resolva o problema” (SUPERVISOR DE ÁREA, 2017).

Como visto, dos três componentes institucionais apontados por Tauil para o combate do arbovírus, apenas a promoção da informação, educação e comunicação sobre as arboviroses é praticado pelo município. Contudo, a vigilância e controle dos focos de insetos em locais estratégicos e a inspeção de imóveis e eliminação ou tratamento de reservatórios propensos a proliferação de mosquitos não são executadas. A justificativa fornecida pelo Supervisor da Área é de que o morador é quem deve ser responsável por resolver os problemas de proliferação de mosquitos em sua casa, cabendo aos agentes apenas a orientação ao morador.

A Sexta Gerência Regional de Saúde afirma acompanhar 24 municípios dentre os quais a cidade de Patos faz parte. Seu trabalho é repassar para os municípios as metas e os critérios de enfrentamento pré-estabelecidos pelo Ministério da Saúde, dar assistência, acompanhar os dados coletados pelos agentes nas visitas domiciliares e fazer intervenções quando necessário, compartilhando experiências, aconselhando e treinando os agentes, além de verificar os relatórios com os dados que posteriormente serão enviados para o Ministério da Saúde. Outra responsabilidade da Sexta Gerência é prover os insumos necessários para o enfrentamento, como larvicidas, inseticidas, materiais educativos para treinamentos, entre outros. Entretanto, de acordo com a Sexta Gerência, apesar de o Estado investir milhões com inseticidas e larvicidas, o mosquito ficou mais resistente ao longo dos anos e diante dessa realidade, acredita-se que o melhor meio de se alcançar resultados positivos é através da educação, do treinamento pessoal, da colaboração entre os atores e o seu envolvimento na rede.

Para Matos (2012), as estratégias político-institucionais do setor saúde de controle e combate às arboviroses são baseadas em campanhas de caráter centralizatório, verticalizado, hierarquizado e normalmente promovidas em períodos específicos, como os de maior disseminação da doença. Embora as informações repassadas para a população seja correta, ainda assim, os populares não se envolvem com a temática da forma como deveriam, o que compromete o efeito de combate e erradicação da doença de forma eficiente. Desse modo, as

campanhas educativas direcionadas à população, não surte o efeito esperado na mudança das práticas habituais da sociedade que colaboram com a proliferação do mosquito *Aedes*. Como consequência da falta de parceria entre os setores envolvidos a situação não consegue se resolver, o que resulta em um constante ciclo de proliferação e surto das doenças, onde cada setor se exime da responsabilidade e acredita que as falhas pertencem a outros setores e não assumem a responsabilidade que lhes cabe.

Com o objetivo de criar parcerias entre os municípios, a Sexta Gerência adotou como estratégia reunir quatro municípios por área para debater questões sobre o enfrentamento. Segundo ela, as reuniões eram proveitosas, mas não tão eficientes quanto o esperado, pois posteriormente cada município voltava a agir isoladamente dos demais, alegando dificuldade em praticar ações conjuntas. Tal dificuldade é atribuída à mudança de gestão e a falta de interesse do gestor em ser agente ativo no enfrentamento, dificultando a articulação e a ação conjunta na rede.

Como visto, embora exista a iniciativa por parte da Sexta Gerência em agrupar municípios para o enfrentamento conjunto do arbovírus, as reuniões não surtem eficiência, tendo em vista as questões políticas municipais que comprometem o trabalho e articulação conjunta. Segundo a Gerência, as mudanças de gestão municipal e a falta de interesse de cada gestor interfere de forma negativa no andamento do trabalho.

Gomez-Dantés e Willoquet (2009) acreditam que mesmo que as campanhas de conscientização sobre a prevenção de doenças tenha enfoque na comunidade com o objetivo de proporcionar mudanças comportamentais dos indivíduos e grupos, é necessário também que se oriente e busque mudanças também das autoridades institucionais (governo, saúde, educação, etc.) e os demais atores envolvidos. A conscientização das práticas preventivas de controle e combate ao arbovírus somente poderá surtir efeitos quando estiverem amparadas em uma infraestrutura urbana minimamente eficiente.

Reconhecendo que existe dificuldade na operacionalidade do plano, a Sexta Gerência propõe a criação de uma Sala de Situação para que o município possa se articular de uma forma bem estabelecida. De acordo com o Supervisor de Área, o município de Patos não possui uma Sala de Situação, mas conta com o “Conselho Municipal de Saúde, que vai tratar de tudo o que for relacionado à saúde, não somente às arbovirose [...] mas hoje o Conselho dá muita ênfase, principalmente nesse período de chuva” (SUPERVISOR DE ÁREA, 2017).

Como visto, muitas vezes os órgãos responsáveis pelo combate às doenças infecciosas, apresentam interesse na realização do trabalho de forma eficiente, mas muitas vezes esbarram na falta de conscientização individual da população frente a sua responsabilidade na

prevenção do arbovírus e mesmo, na falta de interesse de outros profissionais em realizar um enfrentamento mais forte ao problema. Outro fator que é possível ressaltar, é a falta de compromisso da gestão municipal quanto a prevenção do surto de doenças e mesmo, a ausência de uma estrutura municipal básica para a boa realização do trabalho.

De acordo com os depoimentos coletados, é possível concluir que as principais estratégias do município para o enfrentamento dos arbovírus, são as campanhas de conscientização da população, no caso, através da realização de arrastões pelas ruas da cidade; adaptação dos planos de enfrentamento elaborados pelo Ministério da Saúde à realidade local; e a realização de reuniões com representantes municipais para o enfrentamento conjunto do problema. Embora sejam boas estratégias de combate, essas por si só não são suficientes para a solução dos surtos da doença, uma das principais razões do insucesso, foram citadas a falta de infraestrutura para a realização do trabalho e por vezes, a ausência de interesse dos gestores municipais.

4.2 ADMINISTRAÇÃO: LIDERANÇA, HIERARQUIA, ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

Nas questões que tratam do planejamento de políticas de saúde, dos planos, diretrizes e metas a serem alcançadas, é possível observar a hierarquização dos planos federais, estaduais e municipais quanto a sua elaboração e implementação. Segundo o Ministério da Saúde, são treinadas equipes para o enfrentamento dos arbovírus. Além disso, são enviados técnicos para realizar o acompanhamento de cada estado, realizando reuniões periódicas com as secretarias de saúde estaduais e municipais e divulgadas notas com orientações aos gestores e profissionais da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

Assim, a Coordenadora da Vigilância Ambiental afirma que os planos de enfrentamento recebidos pelo Estado, são uma deliberação do Ministério da Saúde, e esses planos são repassados para os municípios para que estes façam a implementação. O Supervisor de Área acrescenta dizendo que existe um plano de ação chamado Programa Nacional de Controle a Dengue, uma orientação nacional para que os municípios adaptem à sua realidade.

Entretanto, existe uma dificuldade na implementação dos planos, na operacionalidade, cuja responsabilidade é dos municípios, perceptível quando a Sexta Gerência afirma que “as metas elas são estabelecidas, os critérios de enfrentamento são estabelecidos, [...] agora os municípios não senta pra fazer aquela procuração [sic]”, e destaca:

Por isso que a gente pede para que os municípios estabeleçam uma Sala de Situação, pois ela envolve toda essa logística, todo esse entendimento de aparato, mas os municípios tem que descobrir aquilo ali [sic] pra o enfrentamento das arboviroses, porque o enfrentamento não é feito mais com evento, por que isso não surte efeito (REPRESENTANTE DA SEXTA GERÊNCIA DE SAÚDE, 2017).

De acordo com a fala do representante da Sexta Gerência, o governo federal tem a iniciativa e elabora e envia os planos de enfrentamento ao arbovírus, contudo, os municípios não se organizam para a execução desses planos.

Os dados primários evidenciam que não existe uma Sala de Situação para tratar especificamente desse tema, que seria um espaço dedicado a reuniões para discutir especificamente questões relacionadas às arboviroses, mas existe o Conselho Municipal de Saúde, que segundo o Supervisor de Área trata de tudo que for relacionado à saúde, não somente às arboviroses, mas que em períodos chuvosos as arboviroses passam a ser a principal problemática a ser tratada, em especial, porque as campanhas normalmente ocorrem apenas nos períodos de proliferação, ficando os cuidados com a prevenção negligenciados no restante do ano. É preciso salientar, que a Sexta Gerência de Patos atua em mais 24 municípios da região, mas mesmo assim, o município de Patos não conta com Sala de Situação para o suporte dos trabalhos.

Segundo Brasil (2013), o Conselho Municipal de Saúde é um órgão que faz parte da estrutura dos Conselhos de Direitos, que são colegiados, permanentes, paritários e deliberativos que formulam, supervisionam, avaliam, controlam e propõe políticas públicas. De acordo com a publicação Conselhos de Saúde: a responsabilidade do controle democrático do SUS, lançado em 2012 pelo Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, cada esfera de governo necessita ter um Conselho de Saúde fazendo parte das estruturas das secretarias de saúde dos municípios, dos estados e do governo federal. O Conselho deve funcionar mensalmente, ter ata, registrar suas reuniões e infraestrutura que dê suporte ao seu funcionamento.

Faz parte do conselho representantes do governo, dos usuários, dos profissionais de saúde e dos prestadores de serviços, observando que o segmento dos usuários deve ser paritário com os demais segmentos, ou seja, 50% dos integrantes do conselho devem ser usuários, 25% profissionais de saúde e os outros 25% prestadores de serviço. (BRASIL, 2013). Sendo assim, apesar de não existir uma Sala de Situação para a resolução dos problemas relatados pelos entrevistados, o Conselho Municipal de Saúde está respaldado para atuar no controle e monitoramento dessa política emergencial de saúde.

Quanto à administração de recursos, existe um consenso de que o Estado é o responsável por sua liberação para os municípios, observável na afirmativa da Coordenadora da Vigilância Ambiental, quando diz que: “o larvicida quem nos fornece é o pessoal do Estado, então a gente tem quem tá [sic] naquela harmonia, sabe? Projetos que eles nos passam [sic], ajudas no dia de realizar o dia D de combate ao *aedes aegypti*” (COORDENADORA DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, 2017); do Supervisor de Área quando diz que “é o estado que libera os insumos, é o Estado que libera o fumacê, é o Estado que libera o larvicida, é o Estado que libera o inseticida para os trabalhos” (SUPERVISOR DE ÁREA, 2017); e a Sexta Gerência completa dizendo que dentre as suas responsabilidades quanto aos municípios, está “partilhar experiências, aconselhar, treinar, fazer alguma contribuição, distribuir também insumos para o enfrentamento como larvicidas, inseticidas e materiais educativos” (REPRESENTANTE DA SEXTA GERÊNCIA DE SAÚDE, 2017).

De acordo com a fala dos entrevistados, os recursos necessários para as atividades de combate aos mosquitos *Aedes* são enviados pelo governo do estado ao município e ao chegar ao município, são distribuídos para os órgãos responsáveis pelo trabalho de enfrentamento ao surto de arbovirose.

Diante do exposto, conclui-se que no que diz respeito aos aspectos da administração no combate aos surtos de arbovírus, existe uma hierarquização dos planos federais, estaduais e municipais quanto a elaboração e implementação dos planos de enfrentamento, cabendo ao município, adaptá-los a realidade local. Contudo, foi possível notar que ao chegar ao município, esse plano encontra como principal barreira para o enfrentamento a ausência do interesse da gestão municipal em se organizar para a sua execução. Quanto a estrutura para a realização das atividades de enfrentamento, foi apontado a ausência de uma Sala de Situação para a resolução dos problemas relatados pelos entrevistados, mas a existência do Conselho Municipal de Saúde possui o respaldo necessário para o atendimento das demandas. No que diz respeito aos recursos, foi relatado que esses são provindos do governo do estado e distribuído pelo município.

4.3 CONTROLE E DIRECIONAMENTO: COMUNICAÇÃO, SUPERVISÃO.

Controle é uma função administrativa que mede e avalia o desempenho, bem como promove ação corretiva, quando necessário. Assim, o controle é um processo essencialmente regulatório. Segundo Santos (2014), a finalidade do controle é assegurar que os resultados das estratégias, política e diretrizes (elaboradas em nível institucional), dos planos táticos

(elaboradoras em nível intermediário) e dos planos operacionais, regras e procedimentos (elaboradas em nível operacional) ajustem-se tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos.

De acordo com Farias (1994), os sistemas de controle institucionais observados na administração pública precisam monitorar o cumprimento de objetivos estabelecidos pelo governo. Como foi relatado anteriormente, as principais ações de enfrentamento as arboviroses são desenhadas pelo Ministério da Saúde, cumprindo o papel de operacionalização pela equipe local de saúde. Um dos espaços legais para o monitoramento das ações é o Conselho Municipal de Saúde, que deve monitorar o cumprimento dos planos.

Para entender o funcionamento do sistema de saúde na cidade de Patos-PB, é preciso conceituar mais uma categoria, o direcionamento. Para Chiavenato (2003, p. 174), “direção é a função que se refere às relações interpessoais dos administradores em todos os níveis de organização e seus respectivos subordinados”. A função direção, relaciona-se, principalmente, com a orientação a ser dada para as pessoas, por meio de uma comunicação adequada ou de uma habilidade de liderança e motivação. Enfim, a direção deve assegurar que os agentes públicos ocupem cargos e desempenhe suas funções adequadamente. Segundo Santos, os meios de direção são: (1) Ordens e instruções: transmitir decisões aos subordinados; (2) Motivação: convencer pessoas a trabalharem; (3) Comunicação: transmitir as informações dentro e fora da empresa; (4) Liderança: conduzir as pessoas a um trabalho eficiente e eficaz.

Pensando no direcionamento dentro do Controle, de acordo com o Supervisor de Área, a comunicação entre os agentes de endemias, seus supervisores e o coordenador é feita através de aplicativo de mensagem de celular e nos Pontos de Apoio, onde cada supervisor de área se encontra com seu grupo de agentes. Quanto à comunicação entre os agentes de endemias e a população, o trabalho é feito de porta em porta durante a visita dos agentes às residências, onde o principal objetivo do agente é eliminar os focos encontrados e conscientizar os moradores quanto aos cuidados que eles devem ter com seus reservatórios de água. O supervisor afirma a existência de projetos para que haja melhorias na comunicação entre agentes e população e diz:

Nós estamos tentando nessa nova gestão, tentando colocar todos os agentes dentro das Unidades Básicas de Saúde, os PSF, pra quê? [sic] Pra [sic] que a população tenha acesso aos agentes que às vezes é uma casa que o agente viu fechada e de repente o morador já tá com a casa aberta e vai lá ver o agente da sua área (SUPERVISOR DE ÁREA, 2017).

De acordo com a informação repassada, a comunicação entre os profissionais envolvidos no enfrentamento ao arbovírus no município, se dá por meio de apoio tecnológico, no entanto, a comunicação com a população ainda ocorre de modo tradicional, fato que os agentes comunitários pretendem melhorar.

Segundo o Supervisor, existe ainda o projeto Disque Dengue, cujo objetivo é a criação de “um canal direto pra fazer denúncias pra que a gente possa ir direto nesses locais, passar as informações, fazer a profilaxia e, se necessário, começar o tratamento” (SUPERVISOR DE ÁREA, 2017).

Já no que diz respeito à comunicação entre a Vigilância Ambiental, a Sexta Gerência Regional de Saúde e o Ministério da Saúde, esta é feita através emails com planilhas de relatórios diários sobre as visitas feitas pelos agentes. O Supervisor de Área explica dizendo:

[...] os supervisores recolhem o que foi trabalhado naquele dia, eu passo para uma planilha chamada PNEM. Essa planilha é do Programa Nacional de Controle e Combate. Essa planilha é diária, [...] imóveis trabalhados naquela turma, total de imóveis trabalhados com foco, total de imóveis com larvicida, total de imóveis fechados, total de imóveis recusados, [...] total de imóveis recuperados (SUPERVISOR DE ÁREA, 2017).

Como visto, a comunicação entre as equipes e órgãos responsáveis no município para o enfrentamento do surto de arboviroses, se dá de forma diária, onde as informações são repassadas em forma de documento entre os trabalhadores da base aos ocupantes de cargos de coordenação. Essa forma de se comunicar contribui para que todos os envolvidos no trabalho estejam sempre atualizados com informações reais e comprovadas.

A função do controle permite a avaliação do desempenho da política pública aplicada, pois os relatos demonstram a operacionalização de um processo sem uma determinada avaliação interna do todo. A avaliação consiste na análise crítica e no conhecimento das forças e fraquezas da organização, projeto (política pública) nas suas várias vertentes, como recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros, estrutura, sistema de informação e controle, valores, filosofia e estilo de gestão (SANTOS, 2014). Vários problemas foram relatados que fazem com o que o arbovírus se espalhe pela cidade e coloque em xeque o sistema de governança local da saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo trouxe como questão de pesquisa responder como ocorre o processo de governança na gestão de saúde pública da cidade de Patos, sertão da Paraíba no enfrentamento de arboviroses.

Diante dos dados coletados, observou-se que a governança na gestão de saúde pública para o enfrentamento das arboviroses no município, se dá por meio de uma hierarquia governamental na elaboração e implementação dos planos de enfrentamento, seguindo um cronograma vindo do Ministério da Saúde, onde a estratégia de elaboração dos planos passa pelo nível federal, estadual e municipal. Entretanto, há dificuldade na adaptação dos planos à realidade local, prejudicando sua implementação e eficiência, o que coloca à prova a capacidade da gestão local de controlar os surtos de arboviroses.

Foi relatado que a Sexta Gerência Regional de Saúde é responsável pelo acompanhamento de 23 municípios circunvizinhos do município de Patos-PB, além do próprio município. Também no combate municipal aos surtos de arbovírus foi observado uma hierarquia na execução dos trabalhos, começando pela Sexta Gerência Regional de Saúde, Vigilância Ambiental e Agentes Comunitários e PSFs.

Com relação a elaboração de estratégias, a pesquisa apontou que as principais estratégias adotadas pelo município para o enfrentamento dos arbovírus, são as campanhas destinadas a conscientização da população sobre a responsabilidade individual no combate aos mosquitos; adaptação dos planos de enfrentamento elaborados pelo Ministério da Saúde à realidade local; e a realização de reuniões com representantes dos 24 municípios acompanhados pela Sexta Gerência de Saúde para o enfrentamento conjunto do problema. Contudo, foi comprovado que essas estratégias por si só não surtem o efeito suficiente para a solução do problema, entre os motivos do insucesso, estão a falta de infraestrutura para a realização do trabalho e por vezes, a ausência de interesse dos gestores municipais.

Com respeito aos aspectos da Administração, conclui-se que no combate aos surtos de arbovírus, existe uma hierarquização dos planos federais, estaduais e municipais quanto a elaboração e implementação dos planos de enfrentamento, cabendo ao município, adaptá-los a realidade local. No entanto, sua adaptação encontra como dificuldade a ausência do interesse da gestão municipal em se organizar para a sua execução. Já a infraestrutura para a realização das atividades, possui como principal ponto negativo, a ausência de uma Sala de Situação, mas essa ausência é suprida pelo Conselho Municipal de Saúde que possui o respaldo necessário para o atendimento das demandas. No que diz respeito aos recursos (materiais destinados ao combate do mosquito), foi relatado que esses são provindos do governo do estado e distribuídos pelo município.

Sobre o controle e direcionamento, foi apontado que cabe ao Conselho Municipal de Saúde, a responsabilidade de monitorar e executar os planos de enfrentamento adaptados pelo município. Quanto a comunicação, entende-se que a realizada entre os profissionais envolvidos, ocorre de forma eficiente, com a ajuda de equipamentos tecnológicos, onde as informações são repassadas diariamente em forma de documentos. Contudo, a comunicação entre a população ainda precisa de melhorias, conforme apontado pelo Supervisor de Área.

Assim, é possível afirmar que os objetivos do trabalho foram alcançados, onde foi possível compreender como atua a gestão municipal no combate aos surtos de arboviroses, bem como, a execução dos planos de enfrentamento e os avanços e desafios enfrentados.

Apesar dos relatórios e demais mecanismos de comunicação, a eficiência do trabalho está ligada à comunicação direta entre agente de endemias e morador, gestão de saúde local e ações de conscientização, pois mesmo com toda a articulação dos atores, o fato de os focos do *Aedes* serem encontrados dentro das residências demanda dos moradores mais atenção e cuidado, instruções que devem ser dadas pelos agentes e pelo Estado. Sendo assim, é possível dizer que não há boa governança na gestão de saúde pública no enfrentamento das arboviroses, tendo em vista que a condução de políticas públicas e à prestação de serviços referentes ao assunto em questão não está sendo eficiente.

Assim, como sugestão de melhorias, é indicado que as atividades de combate aos mosquitos, bem como as campanhas de conscientização da população, ocorram ao longo do ano e não somente nos períodos de maior risco de proliferação. É sugerido também, a intensificação da fiscalização de imóveis, em especial os abandonados e terrenos baldios, por parte dos agentes de endemias, a fim de eliminar os focos de mosquitos. Outra sugestão, seria a divulgação de um canal de denúncias, para que a população possa em conjunto aos órgãos de saúde municipal, realizar a fiscalização dos focos dos mosquitos. Bonificar os cidadãos que atuam em conjunto com as unidades de saúde no combate ao arbovírus, também poderia ser um grande estímulo na participação do cidadão quanto aos problemas enfrentados.

Para a realização de trabalhos futuros, a pesquisadora sugere que sejam elencados um maior número de atores envolvidos no enfrentamento de arboviroses no município para a realização da pesquisa, como o Secretário de Saúde, médicos e demais colaboradores dos PSFs, agentes de endemias e mesmo alguns populares. Desse modo, seria possível coletar maiores dados a respeito do assunto estudado.

GOVERNANCE IN THE PUBLIC HEALTH MANAGEMENT COUNSELING OF THE ARBOVIRUS IN THE MUNICIPALITY OF PATOS-PB

ABSTRACT

In the last three years, the growing numbers of people who have contracted arboviruses, infectious diseases transmitted by *Aedes Aegypti* and *Aedes Albopictus* mosquitoes in Brazil, have put the public health system on the alert and forced municipal management to develop strategies for combating and preventing the outbreak Of these diseases. Among the arboviruses manifested in the country, this work highlights: dengue, zika and chikungunya fever. In the municipality of Patos-PB only in the year of 2016 were registered a certain of 418 cases of dengue, 523 cases of chikungunya and 4 cases of zika. For this reason, the work intends to understand the governance in the municipal health management of the city of Patos-PB in the confrontation of arboviruses. For this purpose, the study used as methodological procedures exploratory and descriptive research regarding its purposes; Bibliographical, documentary and case study regarding their means; And qualitative as to the form of approach. According to the results of the research, it is concluded that the work of coping with the arbovirus in the municipality occurs hierarchically for the elaboration and implementation of the coping plans, following a schedule coming from the Ministry of Health, where the strategy of elaboration of the Plans passes through the federal, state and municipal levels. However, there is difficulty in adapting the plans to the local reality, hampering their implementation and efficiency, which proves the capacity of local management to control arbovirus outbreaks.

Keywords: Governance. Arbovirus. Confrontation.

REFERÊNCIAS

AEDES DO BEM. Dengue, Zika e Chikungunya podem somar mais de 7 milhões de casos em 2016. **Aedes do Bem**: 2016. Disponível em: <<http://aedesdobem.com.br/saude/dengue-zika-e-chikungunya-podem-somar-mais-de-7-milhoes-de-casos-em-2016/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2007.

_____. O papel da atenção básica no controle da dengue. **Informe da Atenção Básica**, n. 50, ano 9, jan.-fev., 2009. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/informe_atencao_basica_anoix_n50.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. **Conselhos de Saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria**. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 88, de 7 de maio de 2015. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, MINISTERIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletim Epidemiológico: Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 13, 2016**. v. 47, n. 18, p.1-10, 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletim Epidemiológico: monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 37, 2016**. v. 47, n. 34, p. 2-10, 2016.

BRASIL, MINISTERIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletim Epidemiológico: Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 10 de 2017**. v. 48, n. 10, p. 1-10, 2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Bom Estado e bom Governo**. São Paulo: Edições Fundap, 1999. 01-06 p.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano. **Revista do Servidor Público**. ano 52, n. 1, p. 01-03. 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração nas organizações**. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CUNHA, João Paulo Pinto; CUNHA, Rosani Evangelista da. **Sistema Único de Saúde**. In: Brasil. Ministério da Saúde. **Gestão Municipal de Saúde: textos básicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. **Gestão Efetiva e Privatização: uma Perspectiva brasileira**. São Paulo: Qualitymark, 1994. 290 p.

FIOCRUZ, Portal de Periódicos. **Aedes em foco: arboviroses em expansão no Brasil**. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/aedes-em-foco-arboviroses-em-expans%C3%A3o-no-brasil>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

FREIRE, Ayalla Cândido. **A Governança no Enfrentamento das Arboviroses: uma análise da rede estadual de saúde na Paraíba**. Relatório de Projeto de Iniciação Científica – PIBIC. Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

GRAHN, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. Institute of governance - IOG. Governance principles for protected areas in the 21th century, CA, 2003. Disponível em: <http://iog.ca/wp-content/uploads/2012/12/2003_June_pa_governance2.pdf>. Acesso em: Agosto de 2016.

GOMEZ-DÁNTES H.; WILLOQUET, J.R. Dengue in the Americas: challenges for prevention and control. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 25, p. 19–31, 2009.

HONÓRIO, Nildimar Alves; CÂMARA, Daniel Cardoso Portela; CALVET, Guilherme Amaral; BRASIL, Patrícia. Chikungunya: uma arbovirose em estabelecimento e expansão no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 5. 906-908, mai., 2015.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública [recurso eletrônico]**. v. 40, n.3, p. 479-499, mai./jun., 2006.

KLIJN, E. **'Policy Networks: Na Overview'** in Kickert, W. J. M. & Koppenjan, J. F. (eds). *Managing Complex Networks*. Sage, London, 1998.

LOPES, Nayara; NOZAWA, Carlos; LINHARES, Rosa Eliza Carvalho. Características Gerais e Epidemiologia dos Arbovírus Emergentes no Brasil. **Rev Pan-Amaz Saúde [recurso eletrônico]**. v. 5, n. 3, p. 55-64. 2014.

MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda. **Administração na área de saúde: Uma perspectiva para gestores municipais**. In: Brasil. Ministério da Saúde. *Gestão Municipal de Saúde: textos básicos*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Sector Público. **Revista de Administração Contemporânea [recurso eletrônico]**. v. 11, n. 2, abr./jun., 2007. p. 11-26.

MATOS, Adriana Ponte Carneiro de. **Do conhecimento à ação: Prevenção e controle da dengue com base nas diretrizes da ecosaúde**. Dissertação (Mestrado). 122 f. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Curso Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, Fortaleza, 2012

MELLO, Gilmar Ribeiro. **Governança Corporativa no Setor Público Federal Brasileiro**. 2006. 127 f. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança Corporativa na Prática: integrando acionistas, conselho de administração e diretoria executiva na geração de resultados**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 229 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 725 p.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. ver. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Cap. 2. p. 31-42.

SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008. 198 p.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TAUIL, Pedro Luíz. Urbanização e Ecologia do Dengue. **Caderno de Saúde Pública**, v.17, p. 99-102, 2001.

TIMMERS, Hans. **Government Governance: corporate Governance in the public sector, why na how?** The Netherlands Ministry of Finance. 9th Fee Public Sector Conference. Nov. 2000. Disponível em: <http://www.ecgi.org/codes/documents/public_sector.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

UJVARI, Stefan Cunha. Doenças Tropicais. In: **Dráuzio Varella**: 2017. Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/entrevistas-2/doencas-tropicais/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. 97 p.

ANEXO A – NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO DENGUE

NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO DENGUE - Sinan NET / Sinan Online					
Frequência por Classificação segundo Fx Etaria (13)					2016
Fx Etaria (13)	Dengue Clássico	Descartado	Inconclusivo	Dengue	Total
Menor 1 ano	0	0	4	0	4
1 a 4 anos	0	0	22	1	23
5 a 9 anos	0	2	44	0	46
10 a 14 anos	0	2	57	1	60
15 a 19 anos	0	2	35	0	37
20 a 29 anos	0	5	50	0	55
30 a 39 anos	0	4	53	1	58
40 a 49 anos	0	4	52	3	59
50 a 59 anos	0	7	50	1	58
60 a 69 anos	1	3	29	1	34
70 a 79 anos	0	1	15	0	16
80 anos e mais	0	1	7	0	8
Total	1	31	418	8	458

Tabela 2: Notificação/Investigação Dengue.

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Patos-PB ano base 2016.

ANEXO B – NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - CHIKUNGUNYA

NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL – SinanNet CHIKUNGUNYA					
Frequência por Crit. Conf. Outros segundo Fx Etaria (13)				2016	
Fx Etaria (13)	Ign/Branco	Laboratório	Clínico-epidemiológico	Clínico	Total
Menor 1 ano	5	0	0	0	5
1 a 4 anos	8	0	3	1	12
5 a 9 anos	21	1	1	0	23
10 a 14 anos	20	1	4	0	25
15 a 19 anos	21	3	7	0	31
20 a 29 anos	58	8	8	0	74
30 a 39 anos	60	14	17	0	91
40 a 49 anos	45	10	7	0	62
50 a 59 anos	56	15	8	0	79
60 a 69 anos	43	3	10	0	56
70 a 79 anos	34	4	6	0	44
80 anos e mais	16	2	3	0	21
Total	387	61	74	1	523

Tabela 3: Notificação Individual de casos de chikungunya

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Patos-PB ano base 2016.

ANEXO C – NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - ZIKA

NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - SinanNet ZIKA			
Frequência por Crit. Conf. Outros segundo Fx Etaria (13)			2016
Fx Etaria (13)	Ign/Branco	Laboratório	Total
20 a 29 anos	0	2	2
30 a 39 anos	0	1	1
40 a 49 anos	1	0	1
Total	1	3	4

Tabela 4: Notificação Individual zika

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Patos-PB ano base 2016.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COORDENADORA DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CCEA – BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
GRUPO DE PESQUISA EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão do Curso de Administração de Empresas

A GOVERNANÇA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DAS ARBOVIROSES NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB

OBJETIVO GERAL: Compreender como ocorre o processo de governança na gestão de saúde pública da cidade de Patos no enfrentamento de arboviroses.

Orientadora: Ayalla Cândido Freire

Aluna: Maria Gabriela Pereira Leite

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTADO:

CARGO: Coordenadora da Vigilância Ambiental

TEMPO DE OCUPAÇÃO DO CARGO:

MUNICÍPIO: Patos - PB

1. Fale um pouco a respeito das políticas de saúde que são implementadas para o enfrentamento das arboviroses atualmente no município.
2. Como você explicaria a organização da rede de saúde e como ocorre a articulação entre o Conselho Municipal de Saúde e as Secretarias do Município?
3. Em sua opinião qual a importância dos planos de saúde/enfrentamento das arboviroses?
4. Qual público tem conhecimento das metas e diretrizes dos planos?

5. Qual o atual diagnóstico da situação da saúde do município?

I-REDES

(Planos/políticas)

1. Como são definidos os parâmetros para avaliar o impacto real das medidas adotadas para a melhoria da saúde pública/enfrentamento das arboviroses na região? Existe algum relatório de resultados?
2. Quais atores têm participação na elaboração dos planos de saúde? A sociedade está incluída?
3. Como são distribuídas as responsabilidades entre aqueles que irão executar as políticas estaduais (ou nacionais) no município?
4. Como ocorre o processo de tomada de decisão dentro do município? Como é realizado o acompanhamento das ações?
5. Quais os desafios e dificuldades para uma maior articulação e ação conjunta no município?
6. Como se comportam os atores? Eles estão sempre presentes? Existe algum momento que eles se reúnam proporcionando um debate sobre suas opiniões?

No caso, os atores citados anteriormente, as USB, a Vigilância Ambiental, o SAMU, as escolas e empresas, eles também estão sempre presentes ou só nos momentos de surto?

Existe algum momento que eles se reúnam proporcionando um debate sobre suas opiniões?

II- GOVERNANÇA

(Planos/políticas)

1. Como está sendo a organização, elaboração e desenvolvimento dos planos saúde/enfrentamento das arboviroses?
2. Quais iniciativas estão sendo tomadas para a realização dos planos: Plano Nacional de Saúde, Plano Municipal de Saúde, Plano Estadual de Saúde?
3. Quais as principais dificuldades encontradas na elaboração dos planos de saúde/enfrentamento?
4. Como as normas determinadas no PNS são redimensionadas para a realidade regional e transformadas para a elaboração do PMS? Você considera que as decisões e ações são tomadas de maneira conjunta, ou há uma determinação das políticas nacionais, que deve ser cumprida?
5. Existe um diálogo entre os atores envolvidos na elaboração e implementação dessas políticas?

6. Como é o relacionamento da 6ª gerência regional com os municípios? Os municípios podem decidir entre si uma ação sem a intervenção da 6ª gerência?

(Conselhos)

7. Você percebe que há abertura para a participação e cooperação na definição e execução das políticas públicas através de conselhos e fóruns? Como isso acontece?

8. São realizadas reuniões ou assembleias para que possam discutir ou implantar novas políticas? Como são organizadas?

9. Em sua opinião como trabalhos realizados em cooperação entre os atores podem ser adaptados como instrumentos de governança pública? Que problemas podem surgir e qual a melhor forma de solucioná-los?

10. Existem ligações com atores de outros municípios que visam à concretização dos objetivos de forma eficiente e eficaz? Como isso acontece? Quais os resultados?

Pergunta final

- Em sua opinião, o que tem avançado e o que ainda tem sido desafiador para pensar as políticas de saúde/enfrentamento das arboviroses na Paraíba? Qual o principal desafio para a implementação de políticas e melhoria da saúde na região?

IV- ARBOVIROSES

1 - Quais os meios que o município utiliza para manter as equipes de vigilância atentas para os agravantes dos casos de arboviroses?

2 – O município tem procurado buscar conhecimentos específicos a fim de implantar estratégias adequadas ao contexto local?

3 – Os representantes do município atuam em conjunto na elaboração de políticas para o enfrentamento das arboviroses?

4 – Caso a questão anterior seja negativa: se o município elaborasse suas políticas de forma conjunta e, cada representante pudesse contribuir, esse processo não poderia obter maior efetividade? Por quê?

5 - Como o município tem se articulado a fim de promover assistência aos acometidos por alguma das arboviroses, bem como para as possíveis famílias que tiveram filhos(as) com microcefalia ou alterações no Sistema Nervoso Central?

6 – Quais os meios/ferramentas que o município tem utilizado para o enfrentamento das arboviroses?

7 – O município promove ações de mobilização e enfrentamento do mosquito com as secretarias e outros órgãos? Se sim, quais?

8 - Há algum tipo de compartilhamento de informações (evolução dos casos, óbitos, análise clínica mais precisa) no município?

9- O município fornece dados dos casos de dengue, zika e chikungunya para a elaboração dos boletins epidemiológicos estaduais?

10 - Há algum lugar específico de coordenação do cuidado que busque alcançar a articulação das habilidades e conhecimentos para o diagnóstico das arboviroses? (Há treinamentos com as pessoas que trabalham nessa área)

11 - O município procura compreender os casos das arboviroses a partir do contexto local onde os mesmos ocorrem?

12 - O planejamento de políticas envolve todos os atores constituintes do município?

13 - Você concorda que a responsabilidade do enfrentamento das arboviroses deve ser compartilhada? Por quê?

14 - Você acredita que existam determinantes sociais (o contexto do lugar contribui) agravam os casos das arboviroses no município?

15 - Quais medidas você sugere para o enfrentamento das arboviroses?

16 - Existe algum estímulo que o município recebe dos órgãos do Estado e da União para o combate das arboviroses?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SUPERVISOR DE ÁREA DE AGENTE DE ENDEMIAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CCEA – BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
GRUPO DE PESQUISA EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão do Curso de Administração de Empresas

A GOVERNANÇA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DAS ARBOVIROSES NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB

OBJETIVO GERAL: Compreender como ocorre o processo de governança na gestão de saúde pública da cidade de Patos no enfrentamento de arboviroses.

Orientadora: Ayalla Cândido Freire

Aluna: Maria Gabriela Pereira Leite

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTADO:

CARGO: Supervisor de área de agente de endemias

TEMPO DE OCUPAÇÃO DO CARGO:

MUNICÍPIO: Patos/PB

INFORMAÇÕES E AÇÕES

1. Há alguma orientação para que você faça um controle da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*?
2. . Com qual frequência você faz visita a uma residência?

3. Ocorre alguma fiscalização e/ou avaliação da situação dos casos de dengue, zika e chikungunya no município?

GOVERNANÇA

4. O município possui uma Sala Municipal de Coordenação e Controle ao enfrentamento do *Aedes aegypti*?

5. Há reuniões para debater as ações de combate das arboviroses (dengue, zika, chikungunya)?

6. Caso haja essas reuniões, há a participação de quais atores? (FLEURY)

7. Há alguma informação que seja disponibilizada para a sociedade?

8. O município utiliza alguma ferramenta pela internet para a comunicação com os funcionários?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA 6ª GERÊNCIA REGIONAL



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CCEA – BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
GRUPO DE PESQUISA EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão do Curso de Administração de Empresas

A GOVERNANÇA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DAS ARBOVIROSES NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB

OBJETIVO GERAL: Compreender como ocorre o processo de governança na gestão de saúde pública da cidade de Patos no enfrentamento de arboviroses.

Orientadora: Ayalla Cândido Freire

Aluna: Maria Gabriela Pereira Leite

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA – 6ª GERÊNCIA REGIONAL

ENTREVISTADO: _____

CARGO: _____

TEMPO DE OCUPAÇÃO DO CARGO: _____

MUNICÍPIO: _____

1. Fale um pouco a respeito das políticas de saúde que são implementadas para o enfrentamento das arboviroses atualmente na 6ª gerência regional de saúde.
2. Como você explicaria a organização da rede de saúde e como ocorre à articulação entre o Conselho Estadual de Saúde e as Secretarias do Estado e do Município?
3. Em sua opinião qual a importância dos planos de saúde/enfrentamento das arboviroses?
4. Qual público tem conhecimento das metas e diretrizes dos planos?

5. Qual o atual diagnóstico da situação da saúde do município?

I-REDES

(Planos/políticas)

1. Como são definidos os parâmetros para avaliar o impacto real das medidas adotadas para a melhoria da saúde pública/enfrentamento das arboviroses na região? Existe algum relatório de resultados?
2. Quais atores têm participação na elaboração dos planos de saúde? A sociedade está incluída?
3. Como são distribuídas as responsabilidades entre aqueles que irão executar as políticas estaduais (ou nacionais) no município?
4. Como ocorre o processo de tomada de decisão dentro da rede? Como é realizado o acompanhamento das ações?
5. Quais os desafios e dificuldades para uma maior articulação e ação conjunta na rede?
6. Como se comportam os atores? Eles estão sempre presentes? Existe algum momento que eles se reúnam proporcionando um debate sobre suas opiniões?

II- GOVERNANÇA

(Planos/políticas)

1. Como está sendo a organização, elaboração e desenvolvimento dos planos saúde/enfrentamento das arboviroses?
2. Quais iniciativas estão sendo tomadas para a realização dos planos: Plano Nacional de Saúde, Plano Municipal de Saúde, Plano Estadual de Saúde?
3. Quais as principais dificuldades encontradas na elaboração dos planos de saúde/enfrentamento?
4. Como as normas determinadas no PNS são redimensionadas para a realidade regional e transformadas para a elaboração do PMS? Você considera que as decisões e ações são tomadas de maneira conjunta, ou há uma determinação das políticas nacionais, que deve ser cumprida?
5. Existe um diálogo entre os atores envolvidos na implantação dessas políticas?
6. Como é o relacionamento da 6ª gerência regional com os municípios? Os municípios podem decidir entre si uma ação sem a intervenção da 6ª gerência?

(Conselhos)

7. Você percebe que há abertura para a participação e cooperação na definição e execução das políticas públicas através de conselhos e fóruns? Como isso acontece?
8. São realizadas reuniões ou assembléias para que possam discutir ou implantar novas políticas? Como são organizadas?
9. Em sua opinião como trabalhos realizados em cooperação entre os atores podem ser adaptados instrumentos de governança pública? Que problemas podem surgir e qual a melhor forma de solucioná-los?
10. Algum município trabalha em cooperação com este para solução de problemas/projetos, e/ou alcance de metas? Como isso acontece?
11. Existem ligações com atores de outros municípios que visam a concretização dos objetivos de forma eficiente e eficaz? Quais os resultados?

Pergunta final

- Em sua opinião, o que tem avançado e o que ainda tem sido desafiador para pensar as políticas de saúde/enfrentamento das arboviroses na Paraíba? Qual o principal desafio para a implementação de políticas e melhoria da saúde na região?

IV- ARBOVIROSES

- 1 - Quais os meios que a gerência utiliza para manter as equipes de vigilância atentas para os agravantes dos casos de arboviroses?
- 2 – A rede tem procurado buscar conhecimentos específicos a fim de implantar estratégias adequadas ao contexto local?
- 3 – Os representantes da rede atuam em conjunto na elaboração de políticas para o enfrentamento das arboviroses?
- 4 – Caso a questão anterior seja negativa: se a sexta gerência elaborasse suas políticas de forma conjunta e, cada município pudesse contribuir de acordo com a sua disponibilidade de recursos, esse processo não poderia obter maior efetividade?
- 5 - Como a 6ª gerência tem se articulado a fim de promover assistência aos acometidos por alguma das arboviroses, bem como para as possíveis famílias que tiveram filhos(as) com microcefalia ou alterações no SNC?
- 6 – Quais os meios/ferramentas que a rede tem utilizado para o enfrentamento das arboviroses?
- 7 - Há algum tipo de compartilhamento de informações (evolução dos casos, óbitos, análise clínica mais precisa) na rede?
- 8- A sexta gerência fornece dados dos casos de dengue, zika e chikungunya para a elaboração dos boletins epidemiológicos estaduais?

9 - Há algum lugar específico de coordenação do cuidado que busque alcançar a articulação das habilidades e conhecimentos para o diagnóstico das arboviroses? (Há treinamentos com as pessoas que trabalham nessa área)

10 - A rede procura compreender os casos das arboviroses a partir do contexto regional onde os mesmos ocorrem?

11 - O planejamento de políticas envolve todos os atores constituintes da rede?

12 - Você concorda que a responsabilidade do enfrentamento das arboviroses deve ser compartilhada? Por quê?

13 - Você acredita que existam determinantes sociais (o contexto do lugar contribui) agravam os casos das arboviroses no município?

14 - Quais medidas você sugere para o enfrentamento das arboviroses?

15 - Existe algum estímulo que a gerência regional recebe dos órgãos do Estado e da União para o combate das arboviroses?